

A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira¹

Cecilia Cruz Vecina

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ceciliavecina1986@gmail.com

Resumo

Apesar do atual absurdo cenário político brasileiro, em muito decorrente do deliberado descaso do presente governo federal, não nos focaremos em criticar tais negligentes práticas, mas sim, as concepções que veem como possível uma melhor gestão do capital. Tributárias da crença de um sujeito positivo (que delimita, classifica e equipara regiões), tais proposições acabam por obnubilar a exploração do trabalho e ontologizá-lo. Teremos, assim, por objetivo no atual artigo problematizar o sujeito planejador e que se pretende iluminar a sociedade: o pesquisador. Por meio da análise do doutorado de Pasquale Petrone (1966), no qual o geógrafo regionalista se debruça sobre os “problemas” do Vale do Ribeira, esperamos apresentar elementos que subsidiem uma crítica que vá além do momento histórico deste autor e recaia sobre nós mesmos, pesquisadores, sujeitos sujeitados pelo capital.

Palavras-chave: Crítica do sujeito; Pasquale Petrone; geografia regional.

A critique of the researcher and its regional exemplary: the proposal of Pasquale Petrone to the Ribeira Valley

Abstract

Despite the absurd political scenario of present days, resulting mostly from the deliberate carelessness by the current federal government, we will not focus on criticizing such neglectful practices, but on the conceptions that assume as possible an enhanced management of the capital. Supporters of a positive view of the subject (that delimits, classifies and equates regions) end up concealing the exploitation of labor and ontologizing it. Therefore, this article aims to analyse an individual who plans and intends to enlighten the society: the researcher. Through the analysis of the Pasquale Petrone's doctoral work (1966), in which the regionalist geographer dwells on the “problems” of the Ribeira Valley, we present elements to substantiate a critique that hopefully goes beyond his particular historical moment and allow us to reflect about ourselves, researchers, individuals dominated by the capital.

Keywords: Criticism of subject; Pasquale Petrone; regional geography.

La critica al investigador y su ejemplo en la geografia regional: la propuesta de Pasquale Petrone para la Baixada do Ribeira

Resumen

¹ Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, através de bolsa de doutorado, sob o nome “Formação e Crise da Territorialização do Capital. O *sentido* das transformações das relações de trabalho no campo na particularidade Vale do Ribeira/SP” (FAPESP – Processo n. 2019/20521-1).

Ademas del actual absurdo escenario político brasileño, debido en gran parte a la negligencia deliberada del actual gobierno federal, no nos centraremos en criticar prácticas tan negligentes, sino, en las concepciones que ven como posible una mejor gestión del capital. Apoyadores de una visión de sujeto positiva (que delimita, clasifica y equipara), estos terminan oscureciendo la explotación del trabajo y lo ontologizando. Buscaremos, por lo tanto, problematizar el sujeto planificador que pretende iluminar la sociedad: el investigador. A través del análisis del doctorado de Pasquale Petrone (1966), en el cual el geógrafo regionalista se centra en los “problemas” del Valle de la Ribeira, esperamos presentar elementos que apoyen una crítica que va más allá del momento histórico de este autor y recae en nosotros mismos, investigadores, sujetos sometidos al capital.

Palabras-clave: Crítica del sujeto; Pasquale Petrone; geografía regional.

Introdução

Frente aos atuais e já infelizmente corriqueiros descalabros nas medidas governamentais desde o início do atual mandato presidencial de Jair Bolsonaro (com início em 2019) (da ineficiência no controle do óleo despejado no litoral brasileiro, ao incentivo deliberado ao desmatamento dos biomas e ao atual e assombroso descaso com o sistema de saúde e daqueles que mais o necessitam), muitos argumentam que novos rumos deveriam ser tomados, cabendo aos pesquisadores das mais diversas áreas proporem caminhos para uma retomada do país e à população uma virada de consciência (o que para alguns, se enquadraria na eterna busca, e quando não, construção, do tal povo brasileiro).

Apesar da emergência que tal caminho toma a cada dia, no presente artigo não pretendemos propor nenhum novo projeto, nem tampouco apostar em qualquer presunção de iluminação alheia, faremos especificamente o reverso de ambas propostas, não porque não estejamos atônicos com o atual cenário, mas por termos por pressuposto que a crítica ao sujeito (que se acredita capaz de um melhor planejamento do capital voltado para o social ou mesmo que defende a formação de um sujeito em especial), deve ser problematizada.

Para tanto, apresentaremos a geografia regional e seu desejo seja por encontrar as supostas características que dariam identidade às áreas em estudo, seja na busca por estratégias para que essas se destacassem frente as outras. Ao final, temos por hipótese, que tal forma de compreender e planejar a realidade ainda se faz presente, porém se no passado esta se apresentou como método, por fim, de gestão populacional, hoje tal se faz presente na legitimação do confinamento de sujeitos e endividados sujeitos. Pretendemos fazer aqui, desta forma, uma terceira via de reflexão frente ao atual cenário: a crítica ao próprio sujeito formulador, o pesquisador.

Para tanto, partimos da obra de Pasquale Petrone sobre a Baixada do Ribeira (*A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*, 1966)² (localizada ao Sul do estado de São Paulo), fruto de seu doutorado, a qual pretendemos debater o suficiente para expor o método regional (em grande parte a partir da ordem exposta pelo autor, indicando sempre o capítulo e a paginação). Teórico ativo no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ligado teoricamente ao prof. Pierre Monbeig e crítico das “trinceiras” criadas dentro da ciência (PETRONE, 1994), sua produção seguiu caminhos semelhantes à tradição do debate regional. Discutiremos, desta forma, o como, enquanto representante desta vertente, o autor compreende e analisa a realidade, com o intuito não de sugerir uma “melhor interpretação” de nossa parte, mas a fim de colocar em questão o como esta forma de compreensão é ainda atual e reproduz as contradições do capital.

A escolha por seu trabalho também se dá visto nossa experiência na Baixada do Ribeira ao longo da pós graduação, na qual realizamos desde 2015 diversos trabalhos de campo e entrevistas com moradores de comunidades quilombolas (em especial da comunidade de São Pedro e Pedro Cubas – localizadas em Eldorado), técnicos agrícolas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e da Coordenação de Assistência Técnica Integral (CATI), e agentes financeiros do Banco do Brasil. Nestas pesquisas tivemos por finalidade compreender as transformações nas relações de trabalho daqueles sujeitos (desde o momento em que, na qualidade de ex-escravos, trabalhavam para proprietários do entorno e em produções próprias, até os idos de 2006 no qual muitos obtiveram acesso a crédito agrícola via o Banco do Brasil e hoje como a reprodução se faz em tempos de pandemia pelo COVID-19).

Tais pesquisas nos possibilitaram não só acompanhar os desdobramentos nos dias atuais das reflexões de Petrone realizadas na década de 1960, como também, e principalmente, compreender a Baixada do Ribeira por meio das perspectivas dos entrevistados e pelo referencial teórico da “territorialização do capital” (HEIDEMANN, TOLEDO, BOECHAT, 2014), o que nos levou a debater os pressupostos de pesquisa daquele. Destacamos, entretanto, que se problematizamos o método regional através do trabalho deste autor, não o fazemos nos colocando de fora: somos, tanto quanto ele, pesquisadores fetichistas mediados pela lógica da mercadoria (SCHOLZ, 2015).

A crítica à equiparação

Petrone começa sua obra com o capítulo “Explicação”, no qual destaca quais serão as duas principais questões que nortearão sua pesquisa: o por quê, apesar de possuir terras

² Utilizaremos ao longo do artigo o termo Baixada do Ribeira, e não sua mais comum denominação Vale do Ribeira, dado ser aquela a utilizada por Pasquale Petrone (1966).

no seu interior suficientes para produzir e movimentar seus portos, a Baixada do Ribeira se constituiria em um verdadeiro “sertão do litoral” (PETRONE, 1966, p.5), ilhada tanto do planalto, estando “à margem do império do café” (Ibid., p.5), quanto do próprio mar; e do porquê dos recorrentes fracassos nas tentativas de implementação de projetos de colonização.

Para tanto, porém, o autor defende que uma questão precederia: a compreensão se existiria ou não uma “região” do Ribeira. E com isto Petrone nos leva a pontos que consideramos serem centrais para a análise: o como o conceito de região é compreendido por ele, os desdobramentos que tal acarreta para a sua apreensão da realidade e, por fim, como semelhantes conclusões informam tanto pesquisas acadêmicas como políticas públicas.

Assim, apesar de defender que a delimitação de uma região (seu, poderíamos dizer, desvendamento pelo pesquisador) deveria ocorrer ao final da análise, “como uma das últimas partes em um trabalho” (Ibid., p.13) e não como uma das primeiras como fez, Petrone salienta que sua escolha se deu a fim de viabilizar o trabalho de campo. O autor põe luz, com isso, sem o querer, no paradoxo que o conceito traz: a região se apresentaria ao pesquisador, porém, contraditoriamente, este deveria elencar os “elementos empiricamente significantes” (nos lembramos aqui de Hartshorne, 1969) (naturais, econômicos e da paisagem cultural), para então interpretá-los e, finalmente, compará-los com “áreas contíguas àquela”, o que se apresenta na obra de Petrone como objetivo último.

Por ponto de partida, assim, temos em consideração o questionamento realizado por Toledo (2008) quanto à existência objetiva de uma região e se esta seria negada pela formulação subjetiva do pesquisador. E com esta, o longo debate sobre a relação entre sujeito e objeto, tratado desde a oposição entre empirismo e racionalismo dos primórdios da modernidade e sua compreensão de autonomia das partes, até debates aprofundados quanto a relação dialética entre ambos. Carregaremos este debate em nossa exposição, para, pouco a pouco, sempre partindo do trabalho de Petrone, o aprofundarmos.

Petrone (1966) preocupa-se desta forma em apresentar a regionalização a qual vai se apoiar, delimitando a Baixada entre as terras de 0 a 100 metros de altitude e a dividindo em duas grandes sub-regiões: a litorânea, que dentre suas características principais destaca a presença de um “gênero de vida” baseado na pesca e nas roças itinerantes de subsistência; e de retro-terra, tendo como alguns dos “principais elementos identificadores” (Ibid., p.42) a concentração das tentativas de colonização da Baixada que, somadas ao “elemento de cor”, apresenta uma “população heterogênea” (Ibid., p.43).

Defende assim que haveria

uma série sugestiva de elementos físicos, especialmente climáticos, assim como fatos ligados ao povoamento, à organização do espaço agrícola, à formação do habitat rural e à organização da rede urbana, por exemplo, que

conferem ao conjunto uma indiscutível unidade, que mais ressalta quando comparados, tais elementos, com as formas como aparecem em outras áreas contíguas, do estado de São Paulo ou do Paraná (Ibid., p.19).

E ainda

Em face do que tivemos oportunidade de verificar nas excursões que realizamos na área que é objeto do presente estudo, não temos dúvida em caracterizá-la como uma região cultural bem definida, de unidade extraordinariamente marcante (Ibid., p.20).

A forma, assim, do como o próprio autor explicita a suposta clareza na delimitação da região e a afirmação de sua existência enquanto uma unidade coerente, andam, lado a lado, com o debate proposto por Toledo (2008) quanto ao papel do sujeito pesquisador e sua delimitação e definição de áreas. A suposição de uma região em si, “de unidade extraordinariamente marcante” (PETRONE, 1966, p.20), se confunde, por fim, com o próprio olhar do sujeito pesquisador. Questionamos, desta forma, se a região apresentaria tal unidade se outros “elementos empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) fossem escolhidos para a delimitarem e, conseqüentemente, se esta teria o mesmo “caráter”.

Com isso, se por um lado já anunciamos o como conduziremos a análise crítica da obra do autor, por outro, é preciso apresentar quais elementos ele irá por em destaque, para então chegarmos em sua tese e ao questionamento sobre a que serve o conceito de região em sua obra. Isto é, o que nos revelam as escolhas dos elementos “empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) sobre as intenções do autor e seu contexto histórico. Pretendemos com este percurso levar a cabo um debate quanto a possibilidade de uma concepção negativa de sujeito, compreendendo este enquanto sujeitoado e, portanto, sem qualquer possibilidade de apreensão positiva do objeto (KURZ, 2007).

Petrone, assim, logo apresenta o que irá considerar como uma das características marcantes desta “culturalmente bem definida” região (PETRONE, 1966, p.20): o seu “ralo” povoamento, com a presença de “‘vazio’ e ‘semi-vazios’ demográficos, que chegam quase a caracterizar a Baixada como uma verdadeira ‘ilha’ demográfica dentro do conjunto do Estado” (Ibid., p.22).

O autor, para tanto, expõe o que considera serem as especificidades da população da região³, elencando para a análise sete conjuntos de dados: a distribuição da população nos municípios que a constituem (sendo estes Cananéia, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Registro e Eldorado); as áreas urbanas e rurais; quanto ao sexo; segundo a cor; a nacionalidade; principais religiões; e quanto ao analfabetismo.

Conclui, por fim, que a população da Baixada do Ribeira se diferenciaria de seu entorno por apresentar: um crescimento “mediocre” (Ibid., p.47) frente à dinâmica do estado

³ No subitem “A população da Baixada do Ribeira, Distribuição e Composição”, presente no terceiro capítulo “População – O Povoamento e a Evolução das Paisagens”.

de São Paulo; ainda “não satisfatoriamente articulada” (Ibid., p.50) ao restante deste; que apesar do recente desenvolvimento de certas cidades seria “predominantemente rural” (Ibid., p.50); e com áreas em processos de “rejuvenescimento” (Ibid., p.51) (comprovada pelo crescimento da presença de homens) somadas a “áreas velhas” (Ibid., p.51) (dada a maior presença de mulheres). Destacando-se por um processo de “embranquecimento” (Ibid., p.53) inferior ao do Estado, visto ter a região “escapado do processo de substituição da população” (Ibid., p.54), consequência tanto do fracasso dos projetos de colonização como dadas as próprias características rurais da Baixada. Tais características rurais teriam igualmente contribuído para um maior índice de analfabetismo, representando a escola para os moradores uma “subtração de braços” (Ibid., p.67).

O que se observa com a exposição realizada até aqui é que, se anteriormente Petrone havia debatido as questões quanto a delimitação da região da Baixada do Ribeira, considerando-a como facilmente caracterizável pelos seus “vazios” populacionais, no desenvolver de sua exposição esta em realidade se define (ou diríamos, é definida), na relação com o estado de São Paulo. A região, por um lado, existiria em si e, simultaneamente, por outro lado, se definiria em comparação ao Estado.

Entretanto, as conclusões delineadas por nós sobre o método regional não são novidade, muito já foi escrito sobre a herança lablachiana e seus tradicionais conceitos de “gênero de vida” e “habitat”⁴, a incorporação pela geografia uspiana do pensamento francês (dado seu processo de fundação) e seus desdobramentos no contexto brasileiro nos anos 1930 e 1950 (MORAES, 2005).

O que gostaríamos de acrescentar ao debate, tendo em mente a elaboração teórica de Roswitha Scholz (2004) e sua apropriação crítica de Marx (1983), é que o método regional, ao ter como um dos pontos de chegada a comparação entre as partes (entre as “áreas contíguas”), não apenas se coloca o objetivo de evidenciar o “atraso” da Baixada do Ribeira (“mediocrementemente” ocupada), hierarquizando-a frente ao dinâmico estado de São Paulo, como também que ao fazê-lo reproduz a lógica da mercadoria.

Se retomarmos os escritos de Marx, lemos logo nos quatro primeiros capítulos de *O Capital* (1983, v. I, t. 1) como a troca de mercadorias se realiza, como dois produtos de qualidades diferentes se podem prestar a serem trocados e como o dinheiro, desdobramento lógico desse movimento, vem a acelerar tais relações. Assim, lembramos os incômodos de Aristóteles apresentados por Marx: como “5 almofadas” podem ser iguais a “1 casa” (MARX, 1983, p.61-2)? Como “coisas de espécies tão diferentes” podem ser comensuráveis? É a esta inquietação, que já não sentimos em nosso cotidiano pois a naturalizamos, que Marx irá se deter.

⁴ Para tanto vide, por exemplo, Lencioni (1999).

Para que coisas diferentes sejam trocadas é preciso que, no momento da equiparação, a qualidade de uma se expresse a partir da exclusão das qualidades da outra, caso contrário, coisas diferentes não se trocariam: mercadoria “A” torna-se expressão quantitativa das qualidades da mercadoria “B”, apagando, para tanto, as qualidades daquela. Reduzida assim a uma quantidade, abstraída de qualidades, presente em ambas mercadorias, Marx (1983) apresenta o que possibilita que tal abstração se realize em nossa moderna sociedade mediada pelas coisas (e que não estava presente na realidade escravista vivida por Aristóteles): o trabalho abstrato/moderno, que possibilita a mobilidade dos sujeitos (que hoje podem ser professores, amanhã ubers e depois youtubers), clamada e positivada por alguns movimentos pós-modernos (para mais sobre esta crítica ver Toledo, 2007).

Assim, a equiparação entre áreas diferentes, entre estado de São Paulo e Baixada do Ribeira (partindo do pressuposto que até mesmo esta delimitação é problemática, como abordamos anteriormente), ou ainda, entre “populações” em números abstratos (que acaba por abstrair as qualidades de cada indivíduo que compõe as estatísticas), só pode se dar em uma sociedade em que a troca é naturalizada, em que “partes” diferentes do espaço aparecem como passíveis de serem recortadas, quantificadas e são acriticamente comparadas. O método regional, apropriado por Petrone (1966), expõe desta forma o próprio fazer moderno: o caráter fetichista da sociedade capitalista, posto pela necessidade de igualar para trocar, de abstrair para quantificar, que apaga as relações sociais que a compõem.

Roswitha Scholz (2004) a partir de Marx e sua compreensão do modo de produção capitalista fundado na abstração real, problematiza o sujeito moderno, que ao colocar a todos o valor enquanto referência, acaba por ofuscar as diferenças. A autora, porém, vai também além de Marx, ao formular sua teoria crítica do valor-dissociação, colocando em debate tanto a forma dedutiva universalista, que pressupõe do todo a parte, como as leituras que entendem que a partir da análise da parte seja possível chegar ao todo. Para Scholz (2004), desta forma, é central levar em consideração para a análise a relação entre a particularidade e a totalidade, numa dialética que não subsuma a parte ao todo e nem que aquela seja dessa derivável, defendendo, por fim, que as diferenças sejam tratadas em seus diversos planos (individual – enquanto indivíduo inconfundível e singular –, estrutural – “que diz respeito a diferenças entre disparidades econômicas, racismo, antissemitismo e sexismo” – e fundamental – no âmbito do valor-dissociação, que “admite por si o particular e as diferenças”).

Não entraremos aqui nos pormenores de sua formulação, nos interessa, entretanto, salientar que Scholz (2004) define como fulcral para sua teoria, tendo por ponto de partida o debate feminista, exatamente o problema da equiparação. Ao mapear este debate, a autora

chega a conclusão que este não teria dado conta de superar a lógica da reprodução capitalista, uma vez que ao defender seja a igualdade das mulheres aos homens, seja o aparentemente oposto, a diferença entre os sexos, acaba por ou manter como referência o valor (o homem) ou por apagar o processo histórico de constituição dessas diferenças, tratando-as enquanto ontológicas. Ambos debates (a defesa da igualdade e das diferenças), não teriam fugido assim à lógica da mercadoria e seu pressuposto da comparação entre os diversos e a naturalização dos processos que são, em realidade, sociais.

É assim para nós fulcral o como a autora compreende a totalidade enquanto “contraditória em si e fragmentada”. Com isso, Scholz (2004) acaba por ir na contramão seja de concepções hegelianas (que compreende a totalidade enquanto congruente consigo própria), seja daqueles que formulam o capitalismo enquanto um processo posto por uma dialética interna-externa (que acabam por externalizar o par da contradição). Argumenta, desta forma, que não haveria algo “fora” da lógica do capital que estaria subsumido (como um sujeito que poderia ser compreendido enquanto externo às relações modernas e por isso revolucionário) e muito menos “imaneente” (isto é, derivável do conceito/valor), mas sim a existência de um fragmentado/dissociado, constituído e constituinte do valor e que possui particularidade. Como fica claro, meras comparações fogem portanto aos propósitos da teoria crítica do valor-dissociação.

Não estamos, contudo, a fim de induzir o leitor a compreender a realidade da Baixada do Ribeira, ou os genericamente identificados enquanto “elementos negros”, enquanto dissociados do estado de São Paulo, mas apenas realçar o que consideramos um dos pontos problemáticos do método de análise regional: a equiparação.

Procedimento observável desde o trabalho de La Blache *A evolução das civilizações* (1954), quando este, ao apresentar diferentes “modos de vida”, em exemplos dispersos pelo mundo, destaca quais teriam “evoluído” ou que carregariam consigo a civilização (como é o caso dos povos presentes na Europa Ocidental) e quais teriam, apesar dos contatos com outros povos, permanecido “estagnados”. Como também lemos em seu sucessor Maximilien Sorre (1984), considerado uma das “personalidades mais extraordinárias da geografia” por Petrone (em entrevista dada à Revista Geosul – MAMIGONIAN *et al*, 1993, p.120), que ao se remeter à noção de “gênero de vida” em La Blache, compara e hierarquiza povos que teriam por base o mesmo meio, porém que se desenvolveriam, dada as combinações de técnicas em cada um, de maneiras diversas.

A região sob o olhar do pesquisador

Petrone (1966), após delimitar e caracterizar a Baixada do Ribeira, passa uma longa parte de seu trabalho preocupado em reconstituir a “marcha do povoamento e as

transformações paisagísticas” (PETRONE, 1966, p.67) daquela⁵. O autor, tributário dos moldes da monografia regional e seu objetivo último de comprovar a singularidade das áreas em estudo (LENCIONI, 1999), apresenta o processo histórico de constituição da região, partindo com fôlego desde o período pré-colombiano até o século XX.

Iremos acompanhar tal processo a partir do início da mineração na Baixada do Ribeira (século XVII), atividade econômica esta, porém, que segundo Petrone (1966), não modificou em todo a realidade regional, permanecendo a centralidade nas lavouras para subsistência, como aponta considerações de 1787 presentes no livro de tombo da cidade de Cananéia (ALMEIDA, 1948 apud PETRONE, 1966, p.73):

depois de 50 anos mais ou menos de criação desta vila, que já se contava o ano de 1637, se descobriu no sertão de sua terra firme minas de ouro [...] Das quais minas não usaram naquele tempo aqueles habitantes ou por falta de cobiça ou de inteligência ou porque as suas lavouras lhes eram de maior conveniência que o próprio ouro, o qual não tinha o estimado preço que hoje tem, porque então se vendia cada oitava por preço de oito tostões.

Se no citado o relator tem a feliz constatação quanto à inexistência de um valor em si para o ouro, sendo para os habitantes de maior valia, no momento histórico, dedicarem-se às suas lavouras de subsistência dadas as relações sociais serem ainda pouco, ou talvez nada, mediadas pelo dinheiro; Petrone (1966), por sua vez, conclui que a mineração não teria modificado o “ritmo da vida dos habitantes”, por “preferirem” estes viverem isolados uns dos outros, não gerando, dessa forma, a criação e adensamento de cidades e o desenvolvimento de relações comerciais (PETRONE, 1966, p.74). O povoamento, desta forma, teria se caracterizado “pela instabilidade de fixação”, sendo a atividade de bateação “ancilarmente acompanhada pela presença de roças fugaces para subsistência, sempre marginalmente ao rio” (Ibid., p.75).

A ocupação em direção ao interior, incentivada pela busca do ouro, se intensifica no séc. XVIII, transformando a cidade de Iguape (na qual se instalou uma casa de fundição para onde convergia o ouro bateado Ribeira acima) e a ocupação das margens dos rios, com destaque para Xiririca, “em cujos arredores, em 1766, existiam vinte e um moradores que com seus escravos e mumbavas somavam duzentas e oitenta e sete pessoas trabalhando só na exploração do ouro” (Ibid., p.76).

Assim, se por um lado, a mineração passava no início do séc. XVIII a mobilizar um número maior de braços que antes se dedicavam a lavoura de subsistência, fato que repercutiu negativamente na produção agrícola; a partir do segundo quartel do séc. XVIII e principalmente em seus meados, a “lavoura sofreu incremento relativamente grande, dado que encontrará condições inclusive para exportar o possível excedente da produção” (Ibid.,

⁵ Debate que se alonga no terceiro capítulo da obra, “População”.

p.77). Além da mandioca, também se destaca o arroz, ambas cultivadas frequentemente sob o incentivo do governo da Capitania e subsidiárias à exploração do ouro.

Apesar da exploração do ouro e do cultivo de arroz e mandioca, ao fim do séc. XVIII “o habitat era de uma dispersão primária absoluta” em que “os moradores, poucas vezes com direitos de datas de sesmaria, a maioria das vezes instalando-se por simples posse, cultivavam o solo utilizando-se do sistema de culturas itinerantes” (Ibid., p.79).

Nota-se, em análise que iremos desdobrar adiante, que a história apresentada pelo autor se constrói pelos produtos que eram comercializados e não pelo como as relações sociais e suas transformações se davam. São, desta forma, as coisas produzidas que vem à frente contar sobre o processo e não os sujeitos sujeitados à lógica do capital a produzi-las.

A compreensão do autor quanto a região ser formada por indivíduos que preferiam o isolamento à dinâmica comercial, será reforçada quando este a apresenta nos inícios do século XIX sob os olhares do viajante Martim Francisco Ribeiro de Andrade. Martim teria passado pela Baixada em 1805 e realizado “observações interessantes para que se perceba em que condições se encontrava a região” (Ibid., p.82). Apropriadas por Petrone, tais colocações levam-o a concordar com o viajante, citando-o: em Cananéia a “indolência é geral” e “seguramente esta vila tende à sua extinção total, se acaso se não fomentar de novo o amor do trabalho” (ANDRADA, 1954 apud PETRONE, 1966, p.83). Características estas generalizadas para a população de toda a área e que teriam como causa a “preguiça do país” (Ibid. p.83).

A tais “interessantes” notas Petrone apenas acrescenta, sem realizar qualquer ressalva, as qualidades que permaneceram no povoamento a dentro da Baixada do Ribeira no início do século XIX: exclusivamente por via fluvial, “única possibilidade de comunicação” (PETRONE, 1966, p.84), fundado numa “agricultura itinerante predatória” (Ibid., p.83).

Reforçando mais uma vez seus estigmas sobre a Baixada, o autor conclui que esta, ainda no início do século XIX, era composta por um problemático cenário, a soma entre a falta de alternativa de “vias de comunicação” com um povo sem “amor ao trabalho” e “preguiçoso”.

A paisagem começa a mudar na primeira metade do século XIX (mas sem qualquer esperança para Petrone), passando os mineradores que ainda bateavam ouro ao cultivo do arroz (chegando a se instalar em Iguapé 82 engenhos de beneficiamento do produto em 1836 – Ibid., p.86). Esta nova produção passa a compor, inclusive, propriedades com uso de trabalho escravo em maior quantidade que as voltadas para a economia anterior, chegando aos fins do século (1874), em Xiririca, um total de 734 escravos, contra os 266 dos anos de 1766 (diminuindo, porém, relativamente em relação ao total da população).

Assim, apesar do crescimento da população de maneira geral na região, esta não deixa de estar “à margem do império do café” (Ibid., p.88), como nomeia Petrone o presente

subitem do capítulo que estamos analisando. Um “atraso da região da Ribeira, em relação ao Estado”, que se refletia em uma decadência relativa no contingente de escravos.

É assim importante ressaltar que, se por um lado, Petrone faz questão de destacar inúmeras vezes o, poderíamos assim dizer, endêmico baixo adensamento da região, a qual justifica por uma economia que a isso não favoreceria e evidenciado pela baixa presença de escravos; por outro lado, foge à sua análise a existência de inúmeras comunidades negras formadas rios adentro por cativos fugidos ou aforriados, lado a lado a fazendas de escravos. Comunidades estas responsáveis tanto pelo abastecimento de alimentos na região como, em alguns momentos, de força de trabalho àquelas propriedades que, ao menos desde meados do século XIX, localizavam-se lado a lado uma das outras (como pode ser lido em ITESP, 1998, e observado em mapa elaborado pela antropóloga Débora Stucchi, presente em PAES, 2007, p.80). São assim a estas, apesar da importância que representavam para a reprodução das visadas “atividades comerciais”, que Petrone não dá qualquer atenção, referindo-se apenas rapidamente em seu texto (PETRONE, 1966, p.91), sem porém qualquer menção a serem compostas por “elementos negros”.

O século XX se início para a Baixada do Ribeira sem qualquer transformação no que o autor considera serem os seus pontos problemáticos. Pontos estes que a impediriam de se constituir enquanto uma região possivelmente dinâmica: o parco povoamento e a ausência de vias de comunicação alternativas. Entretanto, se até aqui apresentamos os argumentos que embasam a tese do autor, de que a região se configuraria enquanto um “sertão do litoral” (Ibid., p.5), resta entrarmos em seu segundo ponto de interesse pela Baixada: as inúmeras tentativas de colonização (seja por particulares ou oficiais) e seus insucessos, configurando-se numa “verdadeira área-laboratório” (Ibid., p.96)⁶.

Para tanto, o autor irá se dedicar aos pormenores de quatro projetos de colonização⁷. O que nos interessa, porém, não é exatamente as especificidades de cada um, mas sim o como Petrone (1966) compreende seus fracassos.

É relevante, desta forma, destacar as duas referências de colonização que estão a informar o autor: as consideradas bem sucedidas colônias de pequenos proprietários no Sul do país, nas quais os imigrantes teriam conseguido se fixar na terra e realizar suas produções comerciais; e as famílias de colonos no oeste paulista, destinados a produção de café em terra alheia, na qual a “dinâmica economia” é o paradigma do autor. Fixação e dinâmica econômica, que para Petrone (1966) se traduziriam em povoamento da área, consideradas como positivas em si. Voltaremos a estes pontos adiante, no momento

⁶ Discussão apresentada no quarto capítulo, “Experiências de Colonização em uma Baixada Tropical”.

⁷ Realizado pelos confederados Norte-Americanos entre 1865 e 1870; a colônia de Pariquera-Açu, de iniciativa do governo imperial em 1861; de Santa Maria, empenhada por empresa nacional privada em 1925; e as Japonesas, organizadas pela Companhia Imperial Japonesa de Imigração a partir de 1912.

apresentarmos os motivos que são elencados por Petrone para o abandono das colônias da Baixada.

O autor expõe assim as dificuldades que os colonos estrangeiros teriam tido, sob a hipótese de que a renúncia das terras teria ocorrido, principalmente, por não se depararem aqueles com “condições satisfatórias na Baixada” (Ibid., p.109) para realizarem suas produções. Seriam estas tanto o tamanho das propriedades (“em regra demasiadamente pequenas”, Ibid., p.112), como a adoção de técnicas “atrasadas” proveniente dos caboclos (de queima e derrubada e uso exclusivo da enxada, em lugar da tração animal) e a impossibilidade de escoamento da parca produção, ficando os colonos a mercê dos comerciantes.

Em outras palavras, os colonos enfrentariam tanto problemas de produção como de circulação das mercadorias. Pontos estes que irão se retroalimentar levando-os a não se utilizarem de melhores técnicas (o que supostamente perpetuaria a degradação do solo), permanecendo como manejo da terra “um sistema primitivo de rotação de solos” (Ibid., p.111), responsável pelo “acaboclamento” dos estrangeiros.

Para além dessa suposta perda das experiências estrangeiras no contato com o nacional, vale destacar a oposição que o autor constrói entre os projetos voltados para a ocupação da Baixada (como o de Pariquera-Açú), e os de “caráter eminentemente especulativos” (como o de Santa Maria), sendo estes postos como projetos problemáticos (dadas suas falsas propagandas e seu objetivo único de obtenção do lucro por parte da empresa responsável), e aqueles o mais próximo do paradigma das colônias do Sul do país.

Compreendemos, por fim, que por pressuposto a estes três pares de opostos (povoamento versus vazio populacional, técnicas caboclas versus estrangeira e ocupação da Baixada versus projetos especulativos) não há qualquer questionamento por parte de Petrone (1966) ao processo de constituição do mercado de terras, em outras palavras, da formação da propriedade privada na região.

Assim, se as técnicas caboclas são pejorativamente compreendidas dada a suposta degradação que seu sistema de queimas e rotação geram no solo, vale salientar que em região em que a posse predominava, o rodízio de terras se realizava com um maior número de parcelas e tempo de pousio entre elas. Em outras palavras, em área que há a possibilidade contínua de acesso a novas terras, o solo tem um período maior para se regenerar, possibilitando aos “caboclos” abrirem roças em zonas de mata fechada com o auxílio do fogo (MUNARI, 2009). Desta forma, a técnica apenas se torna uma questão quando o acesso a terra é limitado nas pequenas parcelas dos colonos. É de se questionar, portanto, se se trata de um problema das origens da técnica ou da finalidade da técnica (subsistência ou comercial) e seu contexto (realizada em terras livres ou de mercado de terras em formação).

Nos remetemos também às conclusões de Petrone em seu trabalho sobre o processo de colonização antiga no estado do Espírito Santo⁸, Neste, após se utilizar dos mesmos métodos comparativos realizados no trabalho sobre a Baixada do Ribeira e constatar que o povoamento desse Estado teria ficado “à margem das principais iniciativas e correntes” (PETRONE, 2004, p.27), o autor destaca que os colonos italianos e alemães teriam se entregue a uma “completa ‘assimilação’” das técnicas “caboclas”, levando ao “desaparecimento de qualquer possibilidade de formação dos tão discutidos quistos étnicos” (Ibid., p.119). Petrone termina por se aproximar do problemático discurso oficial pela defesa do embranquecimento da população:

Julgamos, todavia, que a caboclição não é a assimilação desejada, indiscutivelmente não é o que convém ao país. Não é para isso que levas de colonos deslocaram-se para cá e é extremamente prejudicial o nivelamento bitolado pelos padrões dos nossos caboclos (PETRONE, 2004, p.119).

Deixada a questão sobre o que supostamente não seria desejado ao país, e voltando à oposição entre as políticas de povoamento e de “especulação”, ambas, obviamente, também possuem por pressuposto para seu “sucesso” a generalização da propriedade privada da terra: para que o colono se “fixe” é necessário o fim das posses (isto é, a privatização da terra) e a criação de “vias de comunicação”. Dois momentos que dão continuidade ao processo de formação do mercado de terras, o qual tem por interesse que se dê tanto o especulador (para que consiga tirar o melhor proveito da venda), como o povoador, para que consiga dar vazão aos seus produtos. Fixação e especulação andam assim par a par, sendo, desta forma, a oposição criada por Petrone (1966), em realidade, momentos de um mesmo processo que possui de fundo a concorrência entre os indivíduos (entre os que conseguem se estabelecer e realizar sua produção, frente aos que não o fazem), que é abstraída pelo autor.

Petrone realiza, por fim, uma defesa explícita do capital produtivo e suas consequências, exploração do trabalho (seja familiar ou do diarista) e concorrência entre os produtores.

Vale notar que, se nos posicionamos críticos a ovação do capital produtivo e, conseqüentemente, à exploração do trabalho pregada por Petrone, não o fazemos, como argumenta Moishe Postone (1993), do “ponto de vista do trabalho”, mas sim “críticos ao trabalho”. Partimos assim do entendimento que a exploração do trabalho não se torna uma questão apenas quando da separação dos sujeitos dos meios de produção, mas sim que o próprio trabalho, considerado como transhistórico, é em si problemático. Com base no

⁸ Trata-se de relatório realizado no âmbito da XII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, de 1957, no qual Petrone, junto a uma equipe sob sua supervisão, realiza trabalhos de campo à algumas cidades de ocupação antiga do estado do Espírito Santo, especificamente ao sul do Rio Doce.

exposto, temos por pressuposto que a crítica deve recair ao trabalho, considerado este não enquanto uma característica imanente aos homens, ontológica, mas formada historicamente junto ao capitalismo.

Partilhamos, assim, das proposições de Postone (1993) de que a crítica ao capitalismo não deveria incidir apenas a apropriação do produto do mais trabalho pelo proprietário dos meios de produção (da mais-valia que é extraviada do trabalhador, como o fazem os marxistas tradicionais); mas sim ao próprio trabalho como não sendo natural do homem, considerado socialmente determinado e ao qual estamos submetidos, uma abstração social que se torna tão realidade, que aparece como positiva em si.

Por último, ainda sobre as colônias na Baixada do Ribeira, gostaríamos de problematizar a defesa pela ocupação da área pelo autor, em oposição ao que supostamente seria uma questão: seu “vazio populacional”. Petrone tem assim por desejo (assim como também o tem para os outros dois pares), que se forme uma “economia dinâmica”. Não critica nem o processo necessário para que tal ocorra, isto é, a exploração do trabalho, nem tão pouco a decorrente especulação e grilagem de terras que tal gera (como inclusive se observou na região, principalmente a partir da década de 1960 – VECINA, 2018). Desta forma, argumentamos que, o que aos olhos de Petrone (1966) se configura enquanto fracasso das colônias, para nós diz respeito ao processo de regularização fundiária que tem início na região e que, naquele momento, ainda possui grandes quantidades de terras devolutas. Vale ressaltar que, se aqui nos referimos apenas à formação do mercado de terras, este anda vis a vis com a constituição da força de trabalho e seu respectivo mercado.

O “saldo” de tais colônias para Petrone (1966), com exceção das organizadas pelo Império Japonês (dado o apoio que este deu aos seus conterrâneos quando no Brasil), foi de um baixo “índice de fixação” e solos esgotados em decorrência da “identificação cultural e técnica aos caboclos da Ribeira” (PETRONE, 1966, p.104).

Seguimos assim para seu próximo capítulo (quinto da obra), “A organização econômica do espaço”, no qual Petrone (1966) apresenta as principais lavouras presentes na Baixada e suas respectivas formas de plantio, trato, colheita e finalidade (para subsistência – como o arroz, a mandioca e o milho –, comercial – chá, café e banana – e “ensaios atuais” – seringueira e cacaueteiro), retomando sempre os argumentos, já debatido por nós, quanto ao baixo cuidado com estas e as comparações com o estado de São Paulo. Acresce, entretanto, considerações sobre os tamanhos das produções e suas rentabilidades, ponto que iremos nos debruçar.

Quanto a rentabilidade, o autor considera para cada lavoura em análise os ganhos possíveis por hectare por ano, deduzindo destes os custos para a formação do cultivo – da “mão de obra” (para formação, trato e colheita) ao beneficiamento e transporte. Conclui,

após analisar as lavouras de chá, banana, seringueira e café, que “a do chá parece constituir-se na mais estável”, com uma “rentabilidade segura em virtude da relativa inelasticidade da oferta (possibilidade de estocagem)” (Ibid., p.208), frente, por exemplo, à banana, caracterizada por uma “elasticidade da procura” (Ibid., p.208).

Não possuímos dados e tão pouco ganas de concluir por outra lavoura, uma vez que em nossos trabalhos de campo na Baixada do Ribeira muitas foram as “lavouras promessas” citadas nas entrevistas com técnicos, empresários, políticos e agricultores. Pretendemos, sim, problematizar os pressupostos do autor. Assim, para além da crítica noção que este apresenta quanto a finalidade da produção no capitalismo, acreditando que esta sirva para suprir as necessidades da população e não para valorizar o valor (concepção naturalizada de que se produz de acordo com uma demanda social, sendo esta a responsável por dar o “equilíbrio” à produção – MARX, 1983, v. III, t.1), nos focaremos em como o autor compreende a contabilidade dos “custos”. Entendimento encontrado ainda hoje nos projetos técnicos elaborados pela CATI e pela ITESP presentes na cidade de Eldorado (VECINA, 2018).

Assim, se em Petrone (1966) encontramos listado enquanto custos a “formação da lavoura”, o “custeio”, a “adubação”, o “beneficiamento” (quando há) e os “gastos com a mão de obra”; nos relatórios técnicos atuais os itens considerados nas “despesas” não se alteram em demasiado. Desta forma, se recorrermos a Marx (1983, vol. III, t.1), veremos que os gastos realizados do ponto de vista do proprietário da lavoura (o preço de custo da mercadoria) são enquadrados enquanto “capital fixo” (isto é, os equipamentos, trabalho morto – meios de produção produzidos pelo trabalho –, que a cada rotação transferem à mercadoria parte de seu valor) e “capital circulante” (matérias primas e auxiliares utilizadas, que passam todo o seu valor ao processo produtivo, somada à “mão de obra”, nos termos de Petrone e técnicos agrícolas, e nos de Marx o trabalho vivo – capital variável – o único capaz de criar novo valor). Para então, ao final da produção com a venda da mercadoria, aquele acreditar que recebeu pelo retorno de seu investimento o lucro que se concretiza na circulação (a subtração do preço de custo, do preço de mercado).

Em outras palavras, do ponto de vista do proprietário, foi seu capital (fixo e circulante) que teria produzido em condições tais que, somado a um mercado favorável, possibilitou um produto competitivo. O trabalho, responsável por transformar os materiais e movimentar o maquinário criando assim um novo valor, não passa de um recurso na contabilidade de Petrone (1966) e dos técnicos, parte do capital enquanto “mão de obra”. A exploração do trabalho é com isso obnubilada junto a qualidade única deste de criar mais valor, de variar o capital.

Em nossos trabalhos de campo, tal perspectiva ficava patente quando questionávamos os agricultores quilombolas sobre os custos para implementação da

lavoura orientada pelos técnicos agrícolas. Além dos gastos com as diárias de camaradas, aqueles salientavam: “mas teve nosso trabalho também”, se referindo ao seu trabalho e de sua família, considerado pelos técnicos de custo zero, na rubrica “tecnologia familiar”. Não por acaso, Petrone compreende as técnicas enquanto “elemento fundamental para compreender melhor as referidas atividades” (PETRONE, 1966, p.241), dedicando a estas um subitem próprio, em oposição ao trabalho, que recebe por subitem o título “o problema da mão-de-obra”. Neste o autor destaca a “sugestiva predominância dos casos em que o próprio proprietário dirige diretamente as atividades” (Ibid., p.253). Isto é, a ausência do empregado administrador, fenômeno compreendido pelo autor como consequência das pequenas áreas cultivadas e da predominância na Baixada do “cultivador direto” (Ibid., p.256). Tal contexto passaria a ser um “problema da mão de obra” com a instalação das “lavouras científicas”, que encontram dificuldade de acessar este “recurso” seja por falta de disponibilidade, seja por apresentarem baixa “qualificação”.

Apresentando de outra forma a questão, o “problema da mão de obra” se daria por se ter na Baixada proprietários e posseiros que trabalham para si, ao invés de venderem sua força de trabalho para outrem. Há neste ponto, mais uma vez, o pressuposto/defesa pela expropriação do trabalho. Caberia assim o questionamento levantado por Jean Paul de Gaudemar (1977, p.14): “por que razão se presta o trabalho, ou antes a força de trabalho dos homens, a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia?”. Não que ao trabalharem para si os agricultores não estejam sendo expropriados de seu trabalho, mas não podemos de deixar de salientar que há uma, por assim dizer, gradação na violência, quando também expropriados da terra trabalham para outrem, solucionando o “problema da mão de obra” das propriedades “científicas” almejadas por Petrone.

Ao dito acima, somamos a opinião do professor instalado em 1969 na comunidade quilombola de Ivaporunduva (localizada na cidade de Eldorado), entrevistado por Queiroz (2006, p.46):

Eles são acostumados igual índio. Trabalham a hora que acham que têm necessidade. Precisa comprar arroz, roupa e outras coisas, eles saem para trabalhar. Tem arroz, feijão, não tem necessidade de trabalhar, todo mundo pára. Eles não pensam no futuro. [...] Nós aqui já falamos pra eles: ‘quem quer melhorar de vida tem que ser assim, a gente não pode mais ficar de braços cruzados.

O professor, funcionário do estado de São Paulo, se instala com o objetivo não apenas de alfabetizar mas, e nós parece central, de instituir uma rotina que levasse a uma “melhora na vida dos moradores”. Esclarecendo os termos, seria o educador responsável por inserir tanto os sujeitos formalmente nos costumes do mundo do trabalho (viabilizando de casamentos a título de eleitor, e encaminhamento doentes e mães grávidas ao Centro de

Saúde) como, simultaneamente, os instruindo para o ethos do trabalho e reprimindo toda forma de manifestação não por este valorizada. As preocupações do professor andam assim par a par com às de Petrone sobre o “problema da mão-de-obra”. O que o professor tenta sanar, o pesquisador diagnostica:

Gente habituada à rotina da utilização do solo dentro de sistemas e técnicas primitivos, não pode, de um momento para outro, sem prejuízo para quem a emprega, ser utilizada em iniciativas baseadas em sistemas e técnicas novas, frequentemente científicas (PETRONE, 1966, p.257).

Desta forma, por fim, por “organização do espaço” Petrone (1966) entende, em linhas gerais, um elencar dos “tipos de plantas cultivadas, e o papel de cada uma delas no arranjo dos elementos paisagísticos [...] [com] uma pequena atenção, pelo menos, ao problema da rentabilidade” (Ibid., p.200). O que na prática consistiu em constatar e analisar a eficácia das técnicas utilizadas e verificar o tamanho das lavouras, ficando as relações sociais de produção marginalmente postas no processo.

Temos em mente para nossa formulação a crítica elaborada por Francisco de Oliveira (2008), quando este, a fim de apresentar como compreende o conceito de “região econômica e política”, apresenta qual será seu “marco teórico”: a recusa do “enfoque dos ‘desequilíbrios regionais’”, tendo em contraposição por pressuposto à sua análise “a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p.141). Para Oliveira (2008), a região não seria “delimitada” a partir de dados, uma base estática (forma pela qual podemos em grande medida aproximar Petrone e o recorte por este utilizado por altitude e por ser a Baixada “ralamente povoada”), mas sim a partir da análise do processo de formação de relações sociais capitalistas diferenciadas.

Desta forma, desde o início Oliveira (2008) coloca as regiões do Brasil em relação ao centro, não considerando as particularidades aqui estabelecidas como arcaicas ou atrasadas, mas sim, forma de ser do capital na periferia (OLIVEIRA, 2008, p.150). A coesão da região seria mantida a partir de seu controle por classes dominantes, que a “fechariam” a fim de garantir (por meio da violência) a reprodução das relações sociais de produção, perdendo sua hegemonia quando da generalização do trabalho assalariado e da centralização do Estado, responsável esse por “abrir” a região (integra-la ao nacional).

Cabe aqui ressaltar que, quando do “fechamento da região” (OLIVEIRA, 2008), esta se dá em momento de fronteira aberta (de possibilidade de acesso/posse da terra), em que é necessário ao Coronel se impor violentamente a fim de garantir sua hegemonia. E que quando da “abertura da região” (OLIVEIRA, 2008), esta ocorre quando a fronteira está fechada, não tendo mais para onde expandir (abrir posse), estando o mercado de terras já formado.

Oliveira (2008) tem assim por objetivo se diferenciar da corrente cepalina, a qual, segundo o autor, não saberia distinguir as várias formas que a produção do valor tomaria subordinadas à dinâmica geral do capital, formulando de maneira dualista, uma vez que defensora de um planejamento que levaria as regiões “atrasadas”/“desequilibradas” a um ponto em comum ótimo de alocação das matérias-primas e da “mão-de-obra”.

Para melhor compreender a crítica do autor, e explicitá-la como esta também cabe a Petrone (1966), nos remetemos ao teórico Celso Furtado, figura importante na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e que ficou à frente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a qual Oliveira também participou (experiência que deu origem ao estudo ao qual aqui nos remetemos). Para tanto, iremos nos debruçar rapidamente na obra *Formação Econômica do Brasil*, de Furtado (1984), mais especificamente nos capítulos referentes ao “Problema da Mão de Obra” (cap. 21 a 24), nos quais trata sobre o fim do trabalho escravo, o qual teria gerado uma “hecatombe social” (FURTADO, 1984, p.136) e as questões para “suprir de mão-de-obra” o território nacional.

Furtado (1984) parte assim da questão se não existira uma “oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão” (Ibid., p.120), pergunta que por si só já faz ecos aos reclames de Petrone (1966). Porém, se para este os “caboclos” não seriam devidamente qualificados para o trabalho, para Furtado (1984) seriam resultado da economia de subsistência, focando este a questão nos “chefes proprietários de terras” que impediriam a mobilidade do homem da roça.

Entretanto, se aparentemente Furtado (1984) não elabora crítica ao suposto atraso do caboclo, o faz aos ex-escravos: que teriam desvantagens “demasiado óbvias” (Ibid., p.139) em relação aos imigrantes mobilizados para trabalharem nos cafezais em São Paulo. Destaca também que aqueles teriam um “reduzido desenvolvimento mental”, que provocaria a “segregação parcial desta [população] após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país” (Ibid., p.140).

Assim, o que em Oliveira (2008) é o fechamento da região (forma particular de ser do capital na periferia); em Furtado (1984) configuraria o atraso (poderes locais que impedem a mobilização da “mão-de-obra” sob seu mando, dedicada à subsistência, e por isso não se configurando em uma “reserva potencial de força de trabalho”, FURTADO, 1984, p.122); e que em Petrone (1966) seriam caboclos de baixa qualificação, imobilizáveis para o trabalho. O que ambos, Petrone (1966) e Furtado (1984), buscam, por fim, é a formação de um mercado de força de trabalho, almejando atingir um certo desenvolvimento, porém que para tanto seria necessário fechar a fronteira: “Havendo abundância de terra o sistema de subsistência tende naturalmente a crescer” (FURTADO, 1984, p.120).

Em outras palavras, o que em Petrone (1966) é a busca pela superação do “ralo povoamento” da Baixada, em Furtado (1984) é a formação de um mercado de terra

autônomo dos chefes locais e que, simultaneamente, impeça a livre ocupação por posseiros. Caso contrário, o trabalho será dificilmente mobilizado, requerendo para tanto altos salários, como é o caso quando do fim da escravidão em contexto de oferta de terra “totalmente elástica” (FURTADO, 1984, p.138).

Somar-se-ia, por fim, à formação do mercado de trabalho e o fechamento da fronteira, o mercado interno, que permitiria que os produtos obtidos nessas novas condições fossem consumidos. Assim, se por um lado o foco de Petrone (1966) é o nível “regional” e de Furtado (1984) o nacional, por outro lado, ambos buscam a superação dos “arcaísmos” frente a um ideal de desenvolvimento (em Petrone, 1966, o oeste paulista e em Furtado, 1984, os Estados Unidos da América). Apagam, para tanto, a violência econômica à qual os sujeitos, mesmo com o fim da escravidão, são submetidos pelo capital. Assim, o que para nós, com Oliveira (2008), são formas particulares com que se territorializa o capital (como este mobiliza terra e trabalho), para aqueles seria falta de, por assim dizer, “territorialização do capital” (HEIDEMANN *et al*, 2014) e sua violência característica.

Com isso, voltamos a obra de Petrone (1966) e ao método regional – que como mostramos não ficou no passado, mas é ainda hoje reformulado, de forma velada, por técnicos agrícolas e teóricos –, que se presta tanto a buscar quais seriam os “problemas” que impediriam a realização das produções, como a selecionar os supostos melhores produtos para cada região. A região passa assim a ser identificada pela principal mercadoria produzida, em outros termos, muito usado pelos técnicos agrícolas da Baixada do Ribeira que entrevistamos: pela sua vocação.

Não por acaso, a história da Baixada do Ribeira (como analisamos anteriormente) é organizada a partir da evolução do que foi produzido (do ouro para o arroz), e não pelas transformações das relações sociais de trabalho. Quanto a estas, Petrone (1966) apresenta apenas uma tipologia dos habitantes do Ribeira (o capuava, o caiçara/praiano e os descendentes de imigrantes), que pouco diz das relações sociais e que se presta apenas a homogeneizar em tipos uma gama de relações particulares.

Por fim, o autor se volta para seu último capítulo, sua esperança: “A ‘redescoberta’ da região do Ribeira e sua valorização recente”. É verdade que as aspas no primeiro termo poderiam sinalizar certa desconfiança do autor sobre sua própria afirmação, mas, em realidade, o que se observa é a conclusão de um estudo que, após tantas vezes salientar quanto aos aspectos “arcaicos” das técnicas dos locais e a ausência de vias satisfatórias de circulação, encontra na evolução das estradas de rodagem a possibilidade de que surjam “interesses pelas terras da Baixada” (PETRONE, 1966, p.343). Tais interesses buscariam tanto a “valorização rápida” para sua posterior venda, como representariam a genuína “iniciativa de capitalistas”, revertendo em “imediato benefício para a região” (Ibid., p.344).

Para além da dualidade (terra para produção *versus* terra para especulação) já discutido por nós, o que nos interessa neste derradeiro capítulo é seu especial otimismo:

Acreditamos que a diversificação regional da Baixada do Ribeira [...] pode propiciar a criação de quadros novos de organização econômica, escudados em técnicas apropriadas, justificando a integração da região dentro do conjunto geo-econômico do estado de São Paulo não mais como uma área ‘sub-desenvolvida’ mas sim como uma sua parcela economicamente atuante e ativa. (Ibid., p.351)

Nos debruçaremos em sua busca por desenvolvimento, em sua crença na ainda possível valorização do capital, a partir de nossos atuais trabalhos de campo realizados, majoritariamente, com quem para Petrone (1966) eram os capuavas e caboclos: os personagens considerados “arcaicos” da relação com o capital.

Considerações finais

– E por que foi escolhido o pupunha?

Técnico Agrícola – Porque naquela época foi falado de búfalo... é o que tinha vocação. [...] o clima é favorável para o pupunha, do Brasil o melhor clima é aqui. O melhor palmito é daqui.

– Mas o DRS não veio direto com a pupunha... Por que veio antes o maracujá se a pupunha é a vocação?

Técnico Agrícola – O maracujá também era uma vocação, já tinha o maracujá antes, ele sempre teve, o produtor já falava que mexia com o maracujá há 15, 30 anos, e o maracujá dura seis anos. Só que daí hoje, por causa da virose, o maracujá fica um ano e olhe lá. [...] Mas já era tradição do pequeno produtor.

No trecho acima transcrevemos parte de nossa entrevista com o funcionário da Secretaria da Agricultura da cidade de Eldorado, na qual este nos explicava a chegada do programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), um dos primeiros de financiamento a pequenos e médios produtores (de articulação entre prefeituras e Banco do Brasil) da cidade do técnico. A conversa foi realizada em abril de 2017 e tinha por principal objetivo compreendermos o como se definiam as vocações e, conseqüentemente, os discursos que determinavam e validavam o por quê para um e não para outro tipo de cultivo deveria ir o financiamento. Por fim, se tradição ou vocação, o que se acompanhou dessa entrevista foi que, seja búfalo, maracujá ou pupunha, todas apresentavam vidas breves e dependiam de crédito para serem implementadas e se realizarem no mercado frente aos outros “produtos-vocação”. E com isso questionávamos: como garantir que todas as vocações se realizem? Que, através do mercado, concorram umas com as outras garantindo que, ao final, o agricultor obtenha o capital necessário para pagar salários, juros do empréstimo, receba lucro e, ainda, garanta uma parcela para reiniciar o próximo ciclo produtivo?

Assim, para que a “redescoberta” da região se realizasse, foi preciso distribuir crédito na tentativa de gerar os níveis satisfatórios de desenvolvimento técnico requeridos

pelo processo produtivo (clamados pelo próprio Petrone e que irão aparecer aos sujeitos como, por exemplo, a necessidade de buscar cada vez melhores mudas, adubos, pesticidas ou “mão-de-obra qualificada”), o que prometeria rendimentos frente à concorrência.

Investimentos são algo que o produtor terá sempre que fazer e que irão permitir, com “sorte”, que com o mesmo gasto de tempo de trabalho, possa produzir uma maior quantidade de mercadorias e/ou com melhor qualidade, dando, como resultado do processo, a possibilidade do produtor dispensar trabalho agora relativamente excedente (seu próprio e de sua família ou contratado).

Desta forma, se por um lado, os produtos competem no mercado prometendo serem mais vantajosos, simultaneamente, por outro lado, fica aos trabalhadores a necessidade de concorrerem entre si, garantindo maior exploração. Para os “capuavas” e “caboclos” que não conseguirem obter e realizar suas próprias porções de hipotecas de trabalho futuro (créditos), fica como alternativa a “liberação” de seus trabalhos (como se refere a Economia Clássica criticada por Marx, 1984, vol. I, t.2): de se empregarem para outros.

Assim, se anteriormente exibimos os relatos do professor enviado à comunidade de Ivaporunduva (QUEIROZ, 2006) que, como Petrone (1966), buscava pela formação do trabalhador, “ensinando” capuavas que mais valia se mobilizarem para outros do que manterem seu “modo de vida arcaico”. Com a “redescoberta” da Baixada, se apresenta duas possibilidades: ou mobilizam a si e a suas famílias, na expectativa de se tornarem pequenos empreendedores, acreditando nas “vocações” e na promessa de acumularem, possível apenas, é claro, se conseguirem saldar suas dívidas e ganharem na concorrência; ou se voltam para o trabalho para terceiros, alternativa esta cada vez mais escassa dado o atual desenvolvimento técnico e a decorrente dispensa de trabalho do processo produtivo.

Observamos, com isso, não somente a transformação desses sujeitos aos olhos dos planejadores (de “problemas de mão-de-obra” a redundantes trabalhadores ou endividados gestores), como sua própria experiência de reprodução se modificando: de vastas áreas passíveis de apossamento, a confinadas plantações (pois já não podem se utilizar das terras que antes faziam uso, dada a formação do mercado de terras⁹).

Concluimos que o modelo de região pregada pela geografia regional, personificada por Pasquale Petrone (1966 e 2004), não apenas equipara e hierarquiza os diferentes, apaga as relações de trabalho e positiviza a concorrência (ao almejar que a região deixe de estar “à margem” e não problematizar a violência econômica, que impele ao trabalho os sujeitos), como acaba por idealizar desenvolvidas regiões de mobilização do trabalho em

⁹ Para o contexto de confinamento, também é bastante relevante na reprodução dos “capuavas”/quilombolas da Baixada a constituição dos parques ambientais na década de 1990, limitando as áreas de plantio e criminalizando atividades antes fundamentais para suas reproduções (para mais, ver VECINA, 2018).

nível supostamente ótimo e de sujeitos inundados de mercadorias. Tal formulação encobre, por fim, a contradição fundamental do capital, isto é, que, se por um lado, o capital tem por fim último a valorização do valor, a criação de riqueza, contraditoriamente, por outro lado, para atingir tal objetivo, exclui em quantidades sempre crescentes a substância responsável por tal processo, a força de trabalho (SCHOLZ, 2016). Com o aprofundamento desse movimento tautológico, o que temos não é a diminuição da exploração do trabalho, mas sim a crescente pressão para que este se torne cada vez mais produtivo sob a ameaça de se tornar “supérfluo” (SCHOLZ, 2008).

Desta forma, as políticas de planejamento realizam-se hoje, argumentamos, mais enquanto mecanismos de contenção das populações, sob a promessa de valorizações irrealizáveis, do que em reais possibilidades de criar empresários que possam andar sobre suas próprias pernas – o que tampouco suplantaria as contradições acima apresentadas, mas apenas as acirraria.

Temos por referência para tais considerações, o que observamos em nossos trabalhos de campo na Baixada do Ribeira, junto a quilombolas, técnicos agrícolas e agentes bancários. Nos quais a maioria dos primeiros se encontravam inadimplentes com o banco (podendo inclusive ter suas dívidas securitizadas por este), quitando-as apenas quando possuíam acesso a aposentadoria de algum familiar, somada a participação em programas federais de compra de seus produtos (como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ambos políticas de garantia de preços) e acesso a auxílios, como cesta de alimentos e bolsa família (VECINA, 2018). E por isso questionamos: não seria hoje, dada a dinâmica do capital explicitada acima, o colapso a única caracterização possível à Baixada do Ribeira?¹⁰ Dado predominar na região a gestão populacional via crédito e renovadas vocações, a fim de tentar mitigar a descartabilidade a que estão submetidos os sujeitos.

Esta “qualidade”, que compreendemos que caracteriza a Baixada, não estaria apenas a ela circunscrita, dada a totalidade do capital, sujeitando a todos à sua lógica, porém a cada um com conteúdos distintos (a superprodução de doutores e de seus repetitivos artigos, diz do momento da concorrência entre os trabalhadores complexos e o fim da promessa do funcionalismo público, possível até certo momento somente graças à injeção de capital fictício na economia).

Esperamos com o exposto, não apenas termos nos diferenciado do método regional, mas, e principalmente, o analisado sob um viés que também o legitima como teoria que fornece à pesquisa um olhar que diz sobre a realidade observada e a forma de ser dos

¹⁰ Formulação quanto a uma “região do colapso” tributária aos debates ocorridos no âmbito do “Grupo de Estudos e Pesquisa permanente – Krisis-EXIT!: Teoria Crítica Social” ocorridos no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR/USP), também chamado “Grupo de Sexta”.

sujeitos modernos. É assim, quando Petrone acriticamente positiva a equiparação, realizando-se enquanto sujeito de nossos tempos, ou através de sua crítica a possibilidade da grilagem de terra com a atração dos “capitais especulativos”, faltando-lhe, porém apontar os desdobramentos na realidade em questão quando da atração dos “produtivos”.

Ao sujeito pesquisador, seja do método regional ou clamando pelo nacional, cabem duas questões. A primeira, quanto às suas ânsias por progresso: o que significa uma região, um país, não “a margem”? E a segunda, talvez de mais difícil digestão na modernidade, quanto à defesa do sujeito em si: aquele que, bem ou mal intencionado, acredita agir diretamente sobre a realidade/objeto. Por fim, no seu desdobramento recente, o fetiche da relação entre sujeito e objetivo se atualiza no momento da determinação da reprodução social pelo capital fictício, em que nem ao menos a valorização do valor se realiza, ficando apenas sua promessa.

Finalmente, a escolha dos “elementos empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) pelo pesquisador, que tem por objetivo melhor compreender e gerir a realidade, diz respeito ao fetiche deste, que crê na possibilidade de autonomização do sujeito e sua realização pelo/no trabalho, não compreendendo este como socialmente constituído e determinado pelo capital.

Referências

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio N.; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HARTSHORE, Richard. O que se entende por geografia como o estudo da diferenciação de áreas. *In*: HARTSHORE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de A.; BOECHAT, Cássio A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 55-67, Ago. 2014.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Comunidade de Remanescente Quilombo de Ivaporunduva/Eldorado**. Relatório Técnico Científico (RTC), 1998.
- KURZ, Robert. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. **Revista EXIT!**, n. 4, 2007.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A evolução das civilizações. *In*: LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa, Cosmos, 1954. p.273-288.

- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MAMIGONIAN, Armen *et al.* Entrevistas com o professor Pasquale Petrone. **Revista GEOSUL**, n.8, p. 103- 137, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução / Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAES, Gabriela S. M. **A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas**. São Paulo, 2007, 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PETRONE, Pasquale. Baixada do Ribeira: estudos de geografia humana. **Boletim da FFLCH-USP**, n. 283, São Paulo, 1966.
- PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 139-150, dec. 1994.
- PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004.
- POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: a reinterpretation on Marx critical theory**. Cambridge University Press, 1993.
- QUEIROZ, Renato da S. **Caipiras Negros no Vale do Ribeiro: Um Estudo de Antropologia Econômica**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHOLZ, Roswitha. A nova crítica social e o problema das diferenças. **Revista EXIT!**, n.1, 2004.
- SCHOLZ, Roswitha. O ser-se supérfluo e a “angustia da classe média”: o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo. **Revista EXIT!**, n.05, 2008.
- SCHOLZ, Roswitha. Viva o Fetiche! **Revista EXIT!**, n.12, 2015.
- SCHOLZ, Roswitha. Cristovão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do ‘Colapso da Modernização’. **Revista EXIT!**, n.13, 2016.
- SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.
- TOLEDO, Carlos de A. Das velhas às novas barreiras no processo crítico de modernização e mobilização do trabalho. *In*: SEYFERTH, Giralda (orgs.). **Mundo em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p. 217-239.
- TOLEDO, Carlos de A. **A região das lavras baianas**. São Paulo, 2008, 246f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VECINA, Cecília C. **As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF**: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas. 2018. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VECINA, Cecília C. A expansão da disponibilidade de crédito PRONAF às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP como expressão da crise imanente do capital. **Geografares**, jan/jun, 2019, pp.264-290.

Sobre a autora

Cecilia Cruz Vecina – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (n. do Processo 2019/20521-1). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5651-042X>.

Como citar este artigo

VECINA, Cecília Cruz. A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 23-47, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2021.
Devolvido para a revisão em 11 de maio de 2021.
Aceito para a publicação em 13 de maio de 2021.
